

Título:	4. Instituições financeiras e demais instituições regidas pela Lei nº 4.595, de 1964 (exceto cooperativas de crédito)
Capítulo:	3. Constituição e autorização para funcionamento (exceto de sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte, sociedades de crédito direto e sociedades de empréstimo entre pessoas)
Seção:	90. Base legal e regulamentar
Subseção:	10. Legislação básica

Lei complementar

[Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#) – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

[Lei complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001](#) – Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.

Lei ordinária

[Lei nº 3.113, de 15 de março de 1957](#) – Dispõe sobre a denominação social de estabelecimentos bancários.

[Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964](#) – Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias. Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

[Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#) – Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

[Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983](#) – Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

[Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994](#) – Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

[Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994](#) – Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.

[Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996](#) – Dispõe sobre a arbitragem.

Título:	4.	Instituições financeiras e demais instituições regidas pela Lei nº 4.595, de 1964 (exceto cooperativas de crédito)
Capítulo:	3.	Constituição e autorização para funcionamento (exceto de sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte, sociedades de crédito direto e sociedades de empréstimo entre pessoas)
Seção:	90.	Base legal e regulamentar
Subseção:	10.	Legislação básica

[Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998](#) – Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf, e dá outras providências.

[Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#) – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

[Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000](#) – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.

[Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000](#) – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

[Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001](#) – Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários, e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

[Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#) – Institui o Código Civil.

[Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009](#) – Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas; e altera as Leis nos 11.491, de 20 de junho de 2007, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.001, de 13 de março de 1990.

[Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016](#) – Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Título:	4. Instituições financeiras e demais instituições regidas pela Lei nº 4.595, de 1964 (exceto cooperativas de crédito)
Capítulo:	3. Constituição e autorização para funcionamento (exceto de sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte, sociedades de crédito direto e sociedades de empréstimo entre pessoas)
Seção:	90. Base legal e regulamentar
Subseção:	10. Legislação básica

Decreto

[Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996](#) – Regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.

[Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004](#) – Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

[Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008](#) – Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC.

[Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017](#) – Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário.

[Decreto nº 10.029, de 26 de setembro de 2019](#) – Autoriza o Banco Central do Brasil a reconhecer como de interesse do Governo brasileiro a instalação, no País, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior e o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no País, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior.

[Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019](#) – Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, para dispor sobre os critérios e os procedimentos para a classificação de risco de atividade econômica e para fixar o prazo para aprovação tácita e altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, para incluir elementos na Carta de Serviços ao Usuário.

- Título:** 4. Instituições financeiras e demais instituições regidas pela Lei nº 4.595, de 1964 (exceto cooperativas de crédito)
- Capítulo:** 3. Constituição e autorização para funcionamento (exceto de sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte, sociedades de crédito direto e sociedades de empréstimo entre pessoas)
- Seção:** 90. Base legal e regulamentar
- Subseção:** 10. Legislação básica
-

Portaria do Ministério da Fazenda

[Portaria nº 309, de 30 de novembro de 1959](#) – Regula a constituição, o funcionamento e as atribuições das sociedades de crédito, financiamento e das de investimento e institui regime de fiscalização.